

Turismo e atratividade em Monsaraz: os efeitos da barragem de Alqueva

Tourism and attractiveness in Monsaraz: the effects of the Alqueva dam

Luís Silva



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/9251>

DOI: 10.4000/etnografica.9251

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Paginação: 23-45

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

Luís Silva, «Turismo e atratividade em Monsaraz: os efeitos da barragem de Alqueva», *Etnográfica* [Online], vol. 25 (1) | 2021, Online desde 05 março 2021, consultado em 07 março 2021. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/9251> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.9251>



Etnográfica is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

Turismo e atratividade em Monsaraz: os efeitos da barragem de Alqueva

Luís Silva

Este artigo examina, através de um estudo longitudinal, os efeitos de uma grande barragem sobre o turismo e a atratividade num destino preexistente. Com base em dados qualitativos e quantitativos recolhidos sensivelmente nos últimos 15 anos, o estudo mostra que o Grande Lago, criado pela construção da barragem de Alqueva, acrescentou atratividade a Monsaraz e estimulou o crescimento do turismo na povoação e na área envolvente. Isto dinamizou a economia local, mas também trouxe preocupações com a falta de segurança na aldeia e acentuou os obstáculos à autorreprodução da sua população.

PALAVRAS-CHAVE: barragem de Alqueva, impacto, atratividade, turismo, Monsaraz, Portugal.

Tourism and attractiveness in Monsaraz: the effects of the Alqueva dam ♦ This article examines the effects of a large dam on tourism and attractiveness at a pre-existing destination through a longitudinal study. Based on qualitative and quantitative data collected over the past 15 years, the study shows that the Great Lake created by the construction of the Alqueva dam added attractiveness to Monsaraz and stimulated the growth of tourism in the village and its surrounding area. This has boosted the local economy, but also brought about concerns on the lack of security in the village and heightened the obstacles to the self-reproduction of its community.

KEYWORDS: Alqueva dam, impact, attractiveness, tourism, Monsaraz, Portugal.

SILVA, Luís (luis.silva98@gmail.com) – Centro em Rede de Investigação em Antropologia, CRIA Nova FCSH, Portugal.

INTRODUÇÃO

As barragens são barreiras artificiais construídas em rios ou ribeiras para represar grandes quantidades de água, tendo em vista uma ou mais finalidades, entre elas a regularização de caudais, a irrigação de terras agrícolas e o abastecimento de água às populações, bem como a produção de hidroeletricidade e, mais recentemente, o turismo. Embora remonte à era pré-cristã, a construção de barragens teve um crescimento exponencial no século XX, particularmente entre as décadas de 1930 e 1970, quando as grandes barragens estiveram associadas ao progresso e ao desenvolvimento económico.¹ A título ilustrativo, refira-se que o número de grandes barragens passou de 5268 em 1950, para 36.226 na década de 1980 (McCully 2001: 2), mais de 45.000 nos anos 90 (WCD 2000) e 52.000 na década de 2000 (Blanchon 2010, citado em Wateau 2014: 28).

Apesar de tudo, para além do elevado risco potencial de rutura (Carmo 2013), as grandes barragens têm desvantagens e impactos negativos, sobretudo em termos ambientais e socioeconómicos (ver, por exemplo, Abbink 2012; Scudder 2005; Schmidt 2007; McCully 2001; WCD 2000).² Daí a forte contestação organizada a que a construção de grandes barragens foi sujeita nas décadas de 1970 e 1980 por parte de organizações não governamentais (ONG), ecologistas, cientistas e personalidades mediáticas, e que conduziu à suspensão do seu financiamento pelo Banco Mundial entre 1993 e 2003 (Wateau 2014: 26); daí também o aumento dos conflitos e sua intensidade, relacionados com barragens à escala mundial (Bethemont 2008: 32), incluindo em Portugal (Melo e Brazão 2016).

As grandes barragens são um terreno fértil para a investigação em antropologia e noutras ciências sociais. Especial atenção tem sido dedicada aos efeitos sociais das grandes barragens (ver, por exemplo, Blanc e Bonin 2008; Cernea 1997, 2000; Horowitz 1991; Richter *et al.* 2010; Santos 2003). Há também diversos estudos sobre a relação entre grandes barragens e desenvolvimento (Abbink 2012; Campregher 2010; Khagram 2004; Ribeiro 1994), e sobre o desmantelamento de barragens e o restauro de rios (Barraud e Germaine 2017; Fox, Magilligan e Sneddon 2016; Sneddon, Barraud e Germaine 2017).

O nexó entre grandes barragens e turismo permanece largamente inexplorado. Este artigo aborda este tópico mediante a apresentação de um estudo de caso relacionado com a barragem de Alqueva, uma das cerca de 250 grandes

1 Segundo Bethemont, as grandes barragens são “definidas, não sem alguma arbitrariedade, por uma altura superior a 15 m, ou por uma albufeira de três milhões de m³, ou que gera uma energia igual ou superior a 0,5 TWh” (2008: 23). Na legislação portuguesa, trata-se de barragens “de altura igual ou superior a 15 m, medida desde a cota mais baixa da superfície geral das fundações até à cota do coroaamento, ou de altura igual ou superior a 10 m, cuja albufeira tenha uma capacidade superior a 1 milhão de metros cúbicos” (Decreto-Lei n.º 344/2007, de 15 de outubro, p. 746).

2 Ver também o *website* da Fundación Nueva Cultura del Agua (<<https://fnca.eu/libreria>>, última consulta em maio de 2020).

barragens atualmente existentes em Portugal, segundo a Agência Portuguesa do Ambiente.³ Esta barragem já foi objeto de múltiplas pesquisas. Alguns autores (Chícharo, Chícharo e Morais 2006; Morais 2008; PSA 2005) abordaram os impactos ambientais da barragem. Outros (Baptista e Santos 2013; Collado Giraldo 2006; Lança 2003; Silva 1999, 2000) estudaram o património arqueológico e os moinhos hidráulicos afetados pelas albufeiras de Alqueva e Pedrógão. Arvela (2013) examinou as modificações da paisagem. Há também literatura antropológica sobre os aspetos sociotécnicos da barragem (Bento 2006), a mudança dos habitantes da antiga para a nova Aldeia da Luz (Saraiva 2003, 2005; Wateau 2008, 2014), o respetivo museu (Pereira 2003; Saraiva 2007) e a água e a paisagem no discurso legislativo e institucional (F. Silva 2011).

Existem ainda estudos sobre a temática do turismo na área do Alqueva, como, por exemplo, a criação de uma reserva de astroturismo (Rodrigues, Rodrigues e Peroff 2015), o aproveitamento turístico do património arqueológico submerso (Dias-Sardinha, Ross e Loureiro 2014), a paisagem turística (Marujo 2005; Marujo e Santos 2012) e a perceção de alguns empresários acerca do impacto da barragem no turismo regional (Dias-Sardinha e Ross 2015). Os efeitos da barragem de Alqueva sobre a atratividade e o turismo em Monsaraz continuam por analisar, lacuna que este artigo visa contribuir para colmatar.

O trabalho baseia-se na literatura académica e em materiais recolhidos pelo autor entre setembro de 2003 e finais de janeiro de 2004, em abril de 2016 e em setembro de 2017, por intermédio de trabalho de campo com observação direta e entrevistas abertas. No total, entrevistámos sensivelmente 50 pessoas (empresários turísticos, residentes, autarcas e turistas/visitantes), tendo sido feitos cerca de dois terços das entrevistas na década de 2000. Tivemos muitas outras conversas informais com moradores, empresários turísticos e turistas/visitantes, e participámos em eventos locais.⁴

A BARRAGEM DE ALQUEVA

A barragem de Alqueva situa-se no rio Guadiana, perto da aldeia de Alqueva, no concelho de Portel. Com 96 metros de altura e 458 metros de comprimento, a barragem foi primitivamente projetada para a rega agrícola, em 1957,

3 Ver o *website* da Agência Portuguesa do Ambiente (< <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=31&sub3ref=1285> >, última consulta em maio de 2020).

4 Este estudo foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através de duas bolsas de investigação (SFRH/BD/6451/2001; SFRH/BPD/93515/2013), dois contratos de investigação (DL 57/2016/CP1349/CT0009; CEECIND/01814/2017) e dois projetos estratégicos do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (UID/ANT/04038/2013; UID/ANT/04038/2019). Agradeço às instituições o seu apoio. Agradeço aos pareceristas da *Etnográfica* pelos comentários sobre uma versão anterior deste artigo. E agradeço a todos os que colaboraram na realização do estudo, especialmente aos habitantes de Monsaraz.

em pleno Estado Novo, quando foi desenhado o Plano de Rega do Alentejo. Entretanto, a barragem de Alqueva acabou por ser chamada a desempenhar outras funções além da irrigação de terras agrícolas (110.000 hectares inicialmente previstos), incluindo o abastecimento regular de água às populações, o turismo e a geração de hidroeletricidade.⁵

A edificação da barragem foi decidida em 1968, num acordo celebrado entre os ditadores de Portugal (Salazar) e Espanha (Franco) sobre a gestão das águas partilhadas entre ambos os países. As obras de construção da barragem tiveram início em 1976, estiveram suspensas entre 1978 e 1995, e foram concluídas em 2002 (a 8 de fevereiro), quando as comportas do paredão foram encerradas e a albufeira começou a encher, criando o maior lago artificial da Europa Ocidental. Na sua cota máxima (152 metros), atingida pela primeira vez em janeiro de 2010, o lago de Alqueva (ver figura 1) armazena um volume total de 4150 hectómetros cúbicos de água e abrange uma área com 83 quilómetros de comprimento e 250 quilómetros quadrados de superfície, pertencente a nove municípios, dos quais cinco são portugueses (Alandroal, Mourão, Reguengos de Monsaraz, Portel e Moura) e quatro são espanhóis (Olivença, Cheles, Alconchel e Villanueva del Fresno).



Figura 1 – Monsaraz e o lago de Alqueva. Fonte: Wikimedia Commons (< https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Monsaraz_and_the_Alqueva_Reservoir.jpg >).

5 A central hidroelétrica de Alqueva é, hoje, a segunda maior do país, com uma potência instalada de 520 MW, capaz de gerar 381 GWh.

O Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva foi desenvolvido pelo governo português, através da empresa de serviços públicos EDP, e é gerido por uma empresa pública criada em 1995, a EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A. O projeto global foi considerado finalizado em 2015, com um investimento total de 2,4 milhões de euros, apoiado por fundos nacionais e da União Europeia (cerca de dois terços). Em 2017, porém, o governo português iniciou formalmente um projeto com o objetivo de aumentar a área de irrigação no Alentejo em 47.000 hectares, com um investimento estimado em cerca de 200 milhões de euros.

A barragem de Alqueva não foi objeto de uma verdadeira discussão pública, quer em Portugal quer em Bruxelas (Vergés 2004). Mas a sua construção gerou algumas controvérsias, particularmente por causa do impacto ambiental (Daveau 1977; Drain 1996; Vergés 2004), das dimensões e do custo (AA.VV. 1981; Costa 2003), de dúvidas sobre a viabilidade económica do projeto (Daveau 1977) e do risco resultante da sua localização numa área sísmica (AA.VV. 1981). O projeto foi ainda fonte de discussão por causa da expropriação de terras – mais de 13.000 processos de desapropriação cobrindo uma área de 31.000 hectares; da demolição da fábrica da Portucel em Mourão, com cerca de 150 postos de trabalho; da submersão de bens patrimoniais, incluindo três conjuntos de gravuras rupestres e o castelo da Lousa, monumento nacional desde 1970; da trasladação de 112 corpos do cemitério da Estrela; do reassentamento dos habitantes (mais de 300) de uma aldeia (a da Luz) submersa pelo lago de Alqueva e da trasladação de 280 corpos do respetivo cemitério.⁶

Contudo, a construção da barragem não teve “grande oposição” (Wateau 2014: 42), por diferentes motivos. Por um lado, os habitantes do Alentejo, em geral, viam (e continuam a ver) a barragem como sendo um projeto muito bem-vindo e necessário, praticamente desde o início, por propiciar a retenção de grandes quantidades de água numa região quente e seca. A frase escrita em 1994 por um grupo de militantes da Juventude Socialista de Beja na enseadeira de Alqueva – “Construam-me, porra!” – ilustra-o, o mesmo ocorrendo com a reação dos últimos moleiros à submersão de muitos dos tradicionais moinhos do Guadiana, para quem “o Alentejo precisa de água, não de moinhos” (Silva 2018: 90). Por outro lado, os habitantes consideravam que “o Alentejo tinha tudo a ganhar [com a barragem]: uma nova fama, um renascimento do turismo, um interesse económico. E, sobretudo, nada a perder” (Wateau 2004: 56). Além disso, “[a] pesar das suas reservas publicamente manifestadas, os movimentos ambientalistas nunca montaram uma campanha frontal contra Alqueva” (Melo 2004: 330).

6 Para mais informação sobre os processos de desapropriação de terras, consultar o *website* da EDIA (<<http://edia.pt>>, última consulta em maio de 2020).

A BARRAGEM DE ALQUEVA E O TURISMO

A barragem de Alqueva foi concebida para reter grandes quantidades de água numa região seca e em processo de desertificação física e humana (Drain 1996), mas também para gerar hidroeletricidade e um centro atrativo passível de estimular o turismo numa zona periférica. Como refere Guichard, tal como outras barragens de última geração, a barragem de Alqueva também foi edificada tendo em vista

“a criação de novas paisagens promovidas à categoria de espaços turísticos, capazes de responder ao mesmo tempo a uma procura social crescente em matéria de lazeres e ao desejo de suscitar uma atividade económica em forte desenvolvimento, complementar ou mesmo substitutiva de uma agricultura decididamente envolvida num declínio aparentemente irremediável. [...] [Pretendia-se] dotar estes espaços até agora abandonados à sua sorte de uma verdadeira alavanca de reconversão a longo prazo, destinada a permitir-lhes dar um salto do passado para o futuro, a passar praticamente sem transição de um sector primário atrasado para um sector terciário promissor” (Guichard 2003: 241-242).

Entretanto, o desenvolvimento da atividade turística no Alqueva foi objeto de um planeamento antecipatório, através do Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira do Alqueva (resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2002) e do Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2002; resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2006), onde são definidas as áreas de utilização recreativa e de lazer e as novas áreas de vocação edificável e de vocação turística dentro e em redor do plano de água, bem como unidades de alojamento e atividades de animação turística.

Em 2007, o potencial turístico da albufeira e a proximidade a Évora, cidade classificada como património mundial pela UNESCO em 1986, levaram ainda à inclusão do Alqueva nos seis novos polos de desenvolvimento turístico criados pelo Plano Nacional Estratégico do Turismo. O objetivo era promover “um forte desenvolvimento económico e a melhoria da imagem de Portugal como destino”, a partir da criação de “uma oferta de qualidade de circuito turístico (*touring*) cultural e paisagístico, complexos turísticos (*resorts*) integrados e turismo residencial (incluindo golfe), gastronomia e vinhos, para além de atividades náuticas que o espelho de água proporciona” (resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007: 2170), tendo como mercados prioritários Portugal e Espanha. Em 2013, este polo foi removido do novo Plano Nacional Estratégico do Turismo (resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2013, de 16 de abril) e acabou por ser extinto (Lei n.º 33/2013, de 16 de maio), tendo as funções da

sua equipa de gestão e monitorização sido integradas na Entidade Regional de Turismo do Alentejo.

Todavia, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010) mantém as orientações definidas para o polo turístico do Alqueva (“zona C”), particularmente no que respeita à promoção turística em Portugal e Espanha, salientando: “[a] presença de um património histórico-arqueológico significativo (com destaque para os núcleos urbanos fortificados de Monsaraz, Juromenha e Noudar)”; “a paisagem única proporcionada [...] pelo plano de água [e] pelos povoamentos de sobre e azinho explorados em sistema de montado e pela manutenção das atividades agrícolas”; as aldeias em redor das albufeiras de Alqueva e de Pedrógão “com significativo património cultural e ambiental”; e o “crescente interesse de investimentos turísticos ligados a conjuntos turísticos (*resorts*) integrados”, incluindo “uma rede de campos de golfe”.

A atenção dada ao turismo no Alqueva no plano nacional propiciou o aparecimento de vários projetos de vocação turística. Parte deles eram projetos de grande dimensão, perspetivando o desenvolvimento do turismo de luxo nas margens do lago, através da edificação de hotéis, aldeamentos turísticos e outros equipamentos associados ao golfe e ao turismo náutico.⁷ Tais projetos previam um investimento total na ordem dos 2000 milhões de euros e a criação de cerca 20.000 camas turísticas e alguns milhares de postos de trabalho. A maior parte, porém, incluindo os que foram classificados como projetos de interesse nacional, acabaram por não sair do papel ou por não ser construídos na totalidade, muito por causa da crise financeira internacional de 2008, que atingiu o país em 2010, e da queda do Banco Espírito Santo em 2014.

Houve também lugar à implementação de projetos de patrimonialização e turistificação de um conjunto de povoações em redor das novas albufeiras, tendo em vista o desenvolvimento local (cf. Wateau 2004): os projetos ligados ao Plano Estratégico de Qualificação Urbana e Ambiental das Aldeias Ribeirinhas das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão – promovido pelo governo nacional em 2002, com uma dotação de 67,5 milhões de euros de investimento previsto até 2007; os projetos da Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago Alqueva, criada em 2005; e os projetos promovidos pela entidade gestora do referido plano, a Gestalqueva – Sociedade de Aproveitamento das Potencialidades das Albufeiras de Alqueva e de Pedrógão, S. A., constituída em 2002 e oficialmente extinta em 2007. A ideia era que essas aldeias viessem a funcionar “como infraestruturas de apoio à dinamização da oferta turística,

7 Entre esses projetos estão o da herdade das Ferrarias, o da herdade do Mercador e o da Sonae Turismo, no termo de Mourão, os do Roncão d’El Rei (antigo Parque Alqueva), do Vila Lago Monsaraz – Golf & Nautic Resort e da herdade do Barrocal, no termo de Reguengos de Monsaraz, e ainda os da herdade dos Almendres e do Évora Resort, no concelho de Évora.

[...] devendo, por outro lado, ser destinatárias preferenciais do potencial de desenvolvimento do lago” (Silva e Dias 2005: 126).⁸

Num relatório publicado em finais da década de 2000, Tedim, Sullivan e Estrela (2009) reportam que os benefícios projetados ainda não eram visíveis na grande maioria das aldeias ribeirinhas situadas em território nacional, embora alguns inquiridos e entrevistados (presidentes de juntas de freguesia e residentes) mantivessem expectativas positivas e esperança nos efeitos da barragem sobre o turismo e o desenvolvimento local. Num estudo mais recente, Dias-Sardinha e Ross (2015) fazem saber que, na ótica dos *stakeholders* entrevistados, os efeitos do Alqueva no desenvolvimento da indústria turística regional também permaneciam aquém das expectativas e projeções.

Não cabe aqui atualizar o impacto da barragem e dos referidos projetos no desenvolvimento do turismo na região e no conjunto das aldeias ribeirinhas, até porque não temos dados sobre a procura turística e as dormidas. Todavia, segundo o observado no terreno e uma pesquisa recentemente feita na Internet, incluindo no portal do Registo Nacional de Turismo, na década de 2010 surgiram alojamentos turísticos na maior parte das aldeias ribeirinhas (ver quadro 1), incluindo em Monsaraz, que, no entanto, já era um destino turístico antes de ter sido feita a barragem, como veremos a seguir.⁹

Quadro 1
Alojamento turístico nas aldeias ribeirinhas (meados de 2019)

Povoação	N.º de unidades	Capacidade
Aldeia da Luz	5*	34 pessoas
Alqueva	3	48 pessoas
Amieira	4**	18 pessoas
Campinho	1*	7 pessoas
Estrela	2	18 pessoas
Ferreira de Capelins	0	—
Granja	2	27 pessoas
Juromenha	5*	57 pessoas
Marmelar	1	5 pessoas
Mina da Orada	0	—
Monsaraz	22	166 pessoas
Monte do Trigo	0	—
Pedrógão	1	5 pessoas
Póvoa de São Miguel	0	—
São Marcos do Campo	2	8 pessoas
Telheiro	8	112 pessoas
Cheles (Badajoz)	3*	26 pessoas
Villareal (Badajoz)	0	—

* Incluem-se aqui estabelecimentos situados fora da povoação.

** Excluem-se daqui os sete barcos-casa, com capacidade para 25 pessoas, existentes na marina da Amieira.

8 Incluem-se aqui as seguintes aldeias: Aldeia da Luz, Alqueva, Amieira, Campinho, Estrela, Ferreira de Capelins, Granja, Juromenha, Marmelar, Mina da Orada, Monsaraz, Monte do Trigo, Pedrógão, Póvoa de São Miguel, São Marcos do Campo e Telheiro, bem como as povoações espanholas de Cheles e Villareal.

9 Para estes e outros dados constantes do Registo Nacional de Turismo, ver <<https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaRegisto.aspx>> (última consulta em maio de 2020).

A EVOLUÇÃO DO TURISMO EM MONSARAZ

Monsaraz é uma aldeia do concelho de Reguengos de Monsaraz, perto da fronteira luso-espanhola. O centro administrativo da freguesia que tem o seu

Quadro 2
Evolução demográfica da freguesia de Monsaraz

Data	Habitantes
1960	2161
1970	1575
1981	1324
1991	1192
2001	977
2011	782

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, Instituto Nacional de Estatística.

Quadro 3
Evolução demográfica de Monsaraz

Data	Habitantes
1960	347
1970	235
1981	160
1991	154
2001	126
2003	120
2011	95
2017	79

Fontes: Recenseamentos Gerais da População, Instituto Nacional de Estatística; Ramos (1997: 68); Silva (2007: 854).

nome situa-se no topo de uma elevação com cerca de 300 metros de altitude, de onde se avista um vasto panorama, abrangendo o lago de Alqueva, várias povoações e a Extremadura espanhola. Apesar de integrar alguns montes e herdades isolados, como tende a ocorrer no “Portugal mediterrânico” caracterizado por Ribeiro (1967 [1945]), a freguesia tem um povoamento concentrado, incluindo Monsaraz, Ferragudo, Telheiro, Outeiro, Barrada e Motrinos.

Monsaraz compreende dois espaços diferenciados: o núcleo urbano fortificado e os arredores, localmente designados, respetivamente, “vila” e “arrabalde”. A “vila” abrange cerca de 80 fogos, que maioritariamente são propriedade de forasteiros, representam a arquitetura vernacular e estão desabitados; tem ruas estreitas, três igrejas, um pelourinho, uma cisterna, o castelo e vários espaços de vocação turística, abaixo listados. O edificado é cintado por muralhas, construídas, tal como o castelo, nos séculos XIII e XIV.¹⁰ O “arrabalde” integra cerca de 40 fogos, uma capela (em ruínas) e alguns espaços turísticos, elencados mais à frente.

Monsaraz é, em vários aspetos, um exemplo da transformação socioeconómica que as áreas rurais de Portugal têm sofrido desde meados do século XX. Por um lado, segundo os censos, a freguesia perdeu 64% da população entre 1960 e 2011 (ver quadro 2), quando foi registado o menor número de residentes desde 1864 (782). De acordo com os censos e dados apurados no terreno, a povoação apresenta uma evolução demográfica similar, tendo perdido 77% de habitantes entre 1960 e 2017 (ver quadro 3), tendo neste último ano apenas 79 moradores permanentes.

10 O castelo e o perímetro muralhado foram classificados como monumentos nacionais em 1946, classificação que, em 1971, passou a abranger também todo o núcleo fortificado.

Por outro lado, os habitantes dependeram de uma economia de subsistência precária, baseada na agricultura até às décadas de 1950-60, quando se começou a registar a desvalorização da terra e a perda de importância social e económica do sector primário (Cutileiro 1977 [1971]). Desde os anos 1980-90, Monsaraz assistiu a um aumento das atividades económicas ligadas ao sector terciário, no qual o turismo ocupa uma posição de destaque. Esta mudança foi fortemente encorajada pelo governo português, tendo em vista o desenvolvimento e a regeneração rurais, por intermédio do aumento da atratividade turística da povoação e dos serviços prestados a um número crescente de turistas/visitantes em busca de experiências culturais.

Num primeiro momento, Monsaraz foi considerada uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento do sector no quadro do programa Turismo de Habitação para 1983, criado através do despacho n.º 102/82, de 19 de janeiro de 1983. Nos anos 90, o Estado promoveu um conjunto de arranjos urbanísticos, no sentido de tirar partido do valor económico do património edificado: promoveu a conservação e consolidação das muralhas, a recuperação da cuba islâmica, a construção de acessibilidades e parques de estacionamento, a recuperação e adaptação da igreja de Santiago a Casa da Cultura de Monsaraz, o calçamento integral das ruas e largos da “vila” com xisto, bem como a plantação de arvoredo nas encostas e a remoção das pocilgas aí situadas (Silva 2007: 856).

Segundo Kirshenblatt-Gimblett (1998: 149-151), as práticas patrimoniais conferem a objetos, edifícios, tecnologias ou modos de vida que esgotaram a sua função inicial uma “segunda vida como património”, uma vida como “representações de si mesmos” dentro de uma economia do turismo, sendo o “património criado por meio de um processo de exibição (como conhecimento, como *performance*, como museu)”. Na mesma linha de pensamento, Dicks (2003: 34-37) argumenta que os lugares são manipulados, modelados e até simulados para promover a economia cultural da visitabilidade. Monsaraz é um bom exemplo dessa tendência, já que o objetivo das referidas intervenções urbanísticas era exibir o património edificado para aumentar os níveis de consumo através do turismo, num processo que Urry (1999: 220) descreveria como “desenhar para o olhar (do turista)”.¹¹

Estas intervenções não tardaram a afetar positivamente o turismo local. Segundo Ramos (1997: 258), juntamente com “o funeral de um idoso” e “um homem embriagado”, a presença de “um turista em calções” era um evento que já fazia parte do quotidiano de Monsaraz em meados dos anos 90, altura em que “o afluxo turístico tinha sido responsável por duas mudanças – a rua transformara-se em avenida de forasteiros, a taberna tradicional evoluíra para

11 O “olhar do turista” descreve o consumo visual de sinais ou símbolos considerados extraordinários de um ponto de vista culturalmente específico (Urry 2002 [1990]).

café e restaurante”, “a frequência turística caminha[va] para a massificação” e a antiga vila dispunha de “cinco restaurantes, três casas de artesanato e já [dava] dormida a muito[s] forasteiro[s]”.

Como veremos em seguida, a barragem de Alqueva produziu efeitos similares, incrementando a atratividade e a atividade turística em Monsaraz, mormente a partir de finais da década de 2000. Neste sentido, Tedim, Sullivan e Estrela (2009: 35) referem que, então, os benefícios da construção da barragem já eram evidentes no sector do turismo na zona, onde se registava “um aumento considerável do número de visitantes e a existência de mais de metade dos hotéis e infraestruturas turísticas do concelho de Reguengos de Monsaraz”, mas sem fornecerem dados concretos que permitam perceber a extensão dos benefícios. Entretanto, os dados recolhidos pelo autor atestam os efeitos positivos da barragem no turismo na região, tanto ao nível da oferta como da procura.

Desenvolvemos trabalho de campo pela primeira vez em Monsaraz em 2003-2004, quando a subida do nível das águas da albufeira de Alqueva ainda não se fazia sentir de modo pronunciado na povoação. Nessa altura, existiam quatro restaurantes, três cafés/pastelarias, um posto de turismo, dois museus (o do Fresco e o de Arte Sacra), seis lojas de artesanato e duas lojas de vinhos. Nos arredores da povoação, havia mais três restaurantes. A povoação contava também com oito alojamentos turísticos, três deles afetos ao turismo de habitação. Noutros pontos da freguesia, havia mais seis unidades de alojamento, incluindo quatro unidades de turismo em espaço rural (TER)¹² (duas casas de campo, um estabelecimento de turismo de aldeia e um hotel rural), duas delas no Telheiro.

Em 2017, além do Centro Interativo da Memória Judaica em Monsaraz, instalado na Casa da Inquisição, encontrámos mais 14 espaços comerciais de vocação turística: dois restaurantes, duas cafetarias/pastelarias, uma galeria de arte e sete alojamentos turísticos, três dentro de muralhas e quatro no “arrabalde”, todos afetos ao alojamento local. Noutros pontos da freguesia, havia mais quatro restaurantes e 19 unidades de alojamento: dois hotéis rurais, um deles de cinco estrelas, seis casas de campo e 12 alojamentos locais.¹³

Na povoação de Monsaraz, a oferta de alojamento passou, assim, de oito unidades em 2003 para 15 unidades em 2017, ao passo que a capacidade de acomodação aumentou de cerca de 100 para sensivelmente 140 pessoas. Na respetiva freguesia, o alojamento turístico passou de 14 unidades em 2003 para 37 em 2017, enquanto a lotação aumentou de cerca de 280 para aproximadamente 550 pessoas. Isto apesar de, entretanto, terem sido

12 Criado em 1986, o TER designa um conjunto de pequenas unidades de alojamento turístico num ambiente doméstico, incluindo várias modalidades.

13 Entre os habitantes de Monsaraz, há quem ironize sobre o aumento do alojamento local na freguesia, dizendo que “qualquer quadra de animais serve para fazer quartos para turistas”.

desativados quatro alojamentos turísticos, dois em Monsaraz e dois na área envolvente, entre eles o convento da Orada.

Paralelamente, em 2017, encontrámos novas infraestruturas e serviços turísticos, maioritariamente associados ao plano de água: o centro náutico de Monsaraz (inaugurado em 2010); três pequenas embarcações (incluindo um veleiro) com uma lotação máxima de 10 a 25 pessoas, que oferecem passeios no lago de Alqueva, atividades náuticas (esqui aquático, boias de tração, *paddles* insufláveis) e piqueniques a partir do cais-ancoradouro; a praia fluvial (inaugurada em 2017); e o restaurante-bar panorâmico, pertencente ao município de Reguengos de Monsaraz, mas explorado, mediante concessão, por uma empresa familiar, onde também é possível alugar canoas. Perto do centro náutico, surgiu ainda o Observatório (astronómico) do Lago Alqueva (inaugurado em 2016).¹⁴

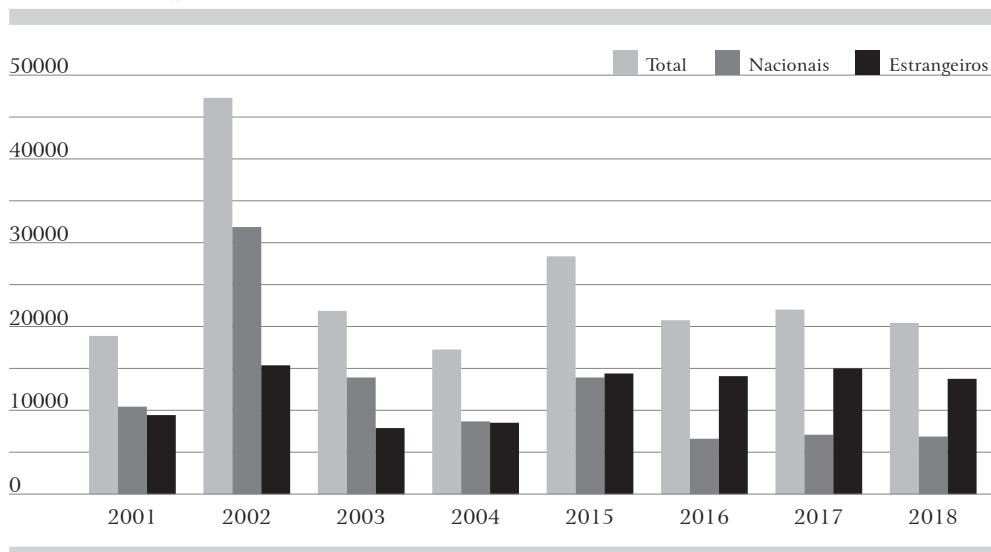
Este crescimento das infraestruturas e da oferta turística resultou de investimento público e privado, feito quer por empresários que tinham atividade aberta antes da criação do lago de Alqueva e que investiram em atividades paralelas, quer por novos empresários, tanto locais como forasteiros, sobretudo dos concelhos de Reguengos de Monsaraz e de Mourão, mas também de outros pontos do país e do estrangeiro. A atividade turística baseia-se muitas vezes no aproveitamento de património herdado, mas também envolve a compra ou arrendamento e adaptação/afetação de imóveis ao turismo.

A maior parte dos negócios turísticos possui uma pequena escala e um cunho familiar, como é usual no turismo rural (ver, por exemplo, Silva 2009; Lane 2009). Entretanto, o número de pessoas direta e indiretamente envolvidas no sector do turismo na freguesia passou de aproximadamente 100 em 2003, incluindo pouco mais de um terço (35%) dos 120 habitantes permanentes da antiga vila de Monsaraz, para sensivelmente 300 em 2017, incluindo cerca de três dezenas dos 79 residentes permanentes da povoação.

Não abundam os dados estatísticos sobre a procura turística em Monsaraz, nem dispomos de dados referentes a dormidas na povoação e na freguesia, embora os proprietários com quem falámos tenham verbalizado o predomínio de turistas portugueses e a inexistência de qualquer nacionalidade estrangeira predominante. Porém, segundo dados concedidos pela respetiva funcionária, o posto de turismo registou mais de 105.000 visitantes entre 2001 e 2004 (45% dos quais em 2002, quando foi inaugurada a barragem), 62% dos quais eram portugueses, ao passo que, de acordo com dados fornecidos pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, este mesmo espaço teve menos de 93.000 visitantes entre 2015 e 2018, dos quais 63% eram estrangeiros (ver figura 2).

14 Este é um dos dois observatórios oficiais da Rota Dark Sky Alqueva, que também inclui o observatório da Cumeada e unidades de alojamento, restaurantes e empresas de animação turística na envolvente da albufeira. A reserva com o mesmo nome foi criada em 2009.

Figura 2
Visitantes do posto de turismo de Monsaraz



Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo posto de turismo de Monsaraz e pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

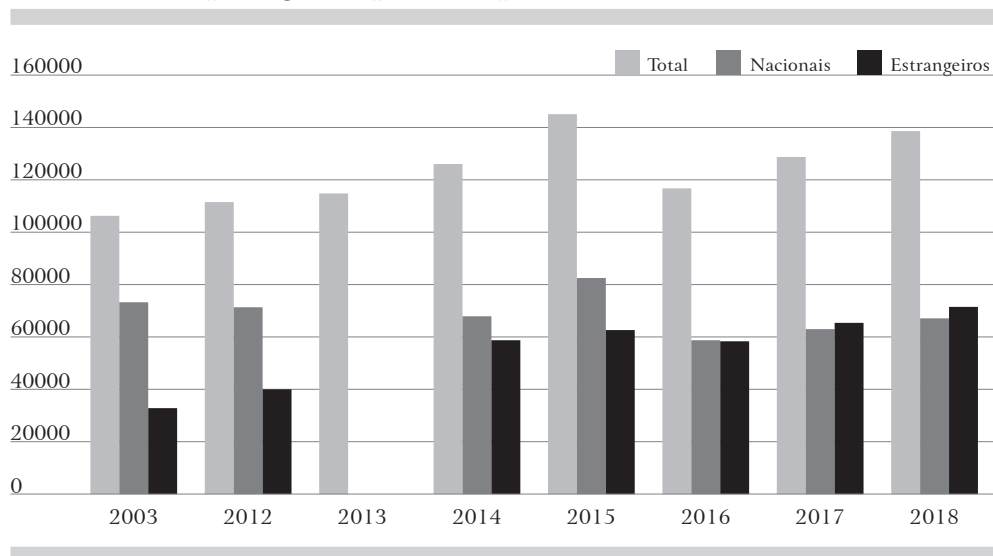
Não temos dados sobre a nacionalidade dos visitantes estrangeiros do posto de turismo. Mas o Plano de Pormenor de Salvaguarda de Monsaraz reporta que, em 2015, Espanha foi o país de origem da maior parte dos visitantes não portugueses (19%), muito por causa da proximidade geográfica, seguida de Inglaterra (12%), França (5%) e Brasil (4%) (CMRM 2016: 28).

Já o número de visitantes dos quatro espaços geridos pela autarquia na povoação – o posto de turismo, o Museu do Fresco e as igrejas de Santa Maria da Lagoa e da Misericórdia – apresenta uma evolução crescente: aumentou de cerca de 106.000 visitantes em 2003, cerca de 65% dos quais eram portugueses, para mais de 111.800 visitantes anuais entre 2012 e 2018 – atingindo 145.361 visitantes em 2015 –, tendo o número de estrangeiros igualado e até superado ligeiramente o número de nacionais no último triénio (ver figura 3).¹⁵ A nacionalidade dos estrangeiros não nos foi indicada, mas é muito provável que os espanhóis ocupem uma posição de relevo, pelo motivo anteriormente avançado.

Esta leitura sobre o efeito positivo da barragem na atratividade e no turismo em Monsaraz é conforme à dos autarcas e dos empresários turísticos, bem como à da maioria da população residente, segundo os quais a criação da albufeira de Alqueva aumentou o poder de atração e a procura turística, estimulou o crescimento e a diversificação da oferta turística, e promoveu a recuperação

15 Não dispomos de informação sobre a nacionalidade dos visitantes destes espaços em 2013.

Figura 3
Visitantes dos espaços geridos pela autarquia em Monsaraz



Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.

de imóveis degradados para o turismo e segundas residências na povoação e, sobretudo, noutros pontos da freguesia. Nas palavras do presidente da Junta de Freguesia de Monsaraz, entrevistado em 2016,

“Monsaraz é, hoje, um dos grandes centros turísticos da região Alentejo. [...] Se calhar, 80% do turismo rural que existe aqui no concelho de Reguengos de Monsaraz verifica-se em Monsaraz e na sua envolvente. [...] A própria barragem, o próprio Alqueva, veio trazer aqui algumas coisas ligadas à componente água que vieram contribuir para isso. O Alqueva, na altura em que surgiu, foi a cereja no topo do bolo para o que se pretende aqui em termos de desenvolvimento económico ligado ao turismo. [...] E está a haver um aumento de turismo aqui na área de Monsaraz, quer em termos de animação, quer de alojamento turístico, muito grande em relação àquilo que existia antes do lago”.

De igual modo, um empresário turístico com atividade aberta desde os anos 90 declarou em 2016 que

— Vem mais gente a Monsaraz, temos mais visitantes, mais grupos.
— E dormidas, há mais?
— Eu não noto aumento no alojamento que tenho aqui em Monsaraz. É possível que existam mais dormidas em Monsaraz. Nos últimos anos,

surgiram mais unidades hoteleiras. Globalmente, há mais dormidas em Monsaraz, sim. Mas, na parte que me toca a mim, nem sim, nem não; há uma continuidade.

— O que mudou com a barragem?

— Água era coisa que nós não tínhamos. Tínhamos apenas um rio; eu nasci aqui há 43 anos. Se olharmos para este lago e virmos o potencial que ele tem no domínio do turismo e do lazer... Já temos feito algum investimento. Neste momento, conseguimos ter uma oferta de produto bastante boa, temos oferta de embarcações com qualidade, com algum conforto, temos *paddles*, boias de tração, esquis... E há muito mais para semear para depois colher”.

Já os empresários da restauração que tinham atividade iniciada antes de ter sido inaugurada a barragem de Alqueva disseram ter registado um aumento do número de refeições servidas após o enchimento da albufeira, especialmente aos fins de semana, sem, no entanto, precisarem a extensão desse aumento. De resto, os empresários com negócios turísticos em Monsaraz têm “[p]reocupações acerca da estratégia de turismo massivo baseado em indicadores meramente quantitativos” e sugerem uma “[m]udança para um paradigma mais ligado ao turismo cultural, com menos ênfase na quantidade e mais na qualidade do cliente e de menor carga para a vila” (CMRM 2016: 33-34).

Por sua vez, a maior parte dos residentes sustenta que o lago de Alqueva fez aumentar o número de visitantes de Monsaraz, povoação que, na sua ótica, “no verão e nos fins de semana prolongados, parece um arraial”, recebendo entre “2000 e 3000 visitantes por dia”, como alguns afirmaram. Mas também há quem seja de opinião que o Alqueva não beneficiou o turismo local, uma vez que a povoação já era um destino turístico com muita procura antes de existir a barragem e a albufeira.

Como em 2003-2004 (Silva 2007: 862-863), atualmente, segundo as nossas observações e as perceções dos empresários turísticos e dos moradores, para além de sazonal, a procura turística de Monsaraz é muito diversificada, compreendendo pessoas de distintas nacionalidades, escalões etários e estratos socioeconómicos, assim como pequenos e grandes grupos (casais, pequenos grupos de familiares e amigos, excursões em autocarro), ou seja, representantes tanto da versão “romântica” como da versão “coletiva” do “olhar turístico” (Urry 2002 [1990]), oriundos de centros urbanos, sobretudo, mas também de meios rurais.

O romper do quotidiano, a busca de descanso e tranquilidade em contacto com a natureza, o património edificado e o megalítico, bem como a paisagem e a gastronomia continuam a ser os principais motivos explicitados pela maioria dos turistas/visitantes na hora de justificar a sua afluência a Monsaraz

(cf. Silva 2009).¹⁶ A diferença é que, na atualidade, a paisagem que atrai os turistas/visitantes a Monsaraz contém um novo elemento: o plano de água, ou seja, a paisagem turística visada pela construção da barragem, na perspectiva de Guichard (2003). Como disse um empresário da restauração em 2016, um dos novos investidores no turismo local,

“[o que atrai os turistas a Monsaraz e o que mais lhes agrada é] o monumento em si mesmo que é Monsaraz. Monsaraz é um monumento vivo, que transporta [os turistas] para a época medieval, não para a época moderna. A calçada, a brancura das casas, as muralhas e o castelo transportam para o imaginário medieval das pessoas. Isto é um aspeto. Outro aspeto é a limpeza de Monsaraz; Monsaraz é uma terra limpa, caiada de branco. Isto desperta nos turistas um sentimento de bem-estar. O terceiro aspeto é a aguarela natural que está à volta de Monsaraz, tanto de um lado, que é a barragem, como do outro lado, que é um mosaico, uma manta de retalhos. De um lado, temos a água; do outro, temos a natureza enquanto cultivo do homem; uns cultivam uma aveia, outros lavram para semear meloal, outros cultivam vinha... Isto é um retalho paisagístico que é belo”.

O que o trabalho de campo nos permitiu verificar é que, embora “não exist[a] um único olhar do turista enquanto tal” (Urry 2002 [1990]: 1), os turistas e os visitantes de Monsaraz, quer os que aí se deslocam pela primeira vez, quer os repetentes, apreciam muito positivamente a nova paisagem vista da povoação, definindo-a como “indescritível por palavras”, “espetacular”, “magnífica” e “bela”. Não raramente, a sua atitude à chegada à antiga vila consiste em olhar primeiramente para essa paisagem lacustre e em procurar os melhores locais para a fotografarem ou filmarem e/ou para tirarem fotografias com os seus acompanhantes tendo essa paisagem como pano de fundo, relegando para “segundo plano” a povoação fortificada propriamente dita (cf. Marujo e Santos 2012).

Mas o consumo turístico da povoação e da paisagem envolvente de Monsaraz também é feito através de outros sentidos que não a visão, nomeadamente, o olfato e o tacto, por intermédio de atividades terrestres (passeios pedestres, a cavalo, em veículos motorizados e de bicicleta), atividades aquáticas no lago de Alqueva e atividades aéreas (passeios em balões de ar quente), mas também o paladar, mediante a ingestão de comidas e bebidas em restaurantes, bem como através de provas de vinhos e azeites em lojas, adegas, montes e herdades. Tal concorda com o cariz multissensorial do consumo turístico do rural sublinhado por outros autores (ver, por exemplo, Woods 2011: 110-119).

16 Incluem-se no património megalítico os cromeleques do Xerez e dos Perdígões, os menires da Bulhoa e do Outeiro, e o conjunto megalítico do Olival da Pêga.

Em geral, os residentes são de opinião que a barragem de Alqueva “veio dar brilho a Monsaraz”, na medida em que “melhorou a vista e a paisagem em roda” da povoação, concretamente ao criar um vasto reservatório de água numa planície historicamente seca.¹⁷ O facto de a população ter adotado para Monsaraz a designação de “varanda do Alqueva” ilustra-o, mostrando que a nova paisagem com o Grande Lago de Alqueva foi incorporada na produção de novos sentidos de “localidade” (Appadurai 1996). Junto à povoação, foi construído um miradouro com uns bancos onde as pessoas podem sentar-se a observar a paisagem com o lago. Contudo, e elucidativo do cunho multivocal da paisagem (Bender 2002), entre a população de Monsaraz e da freguesia também há quem associe a nova paisagem à submersão de terras que eram usadas para a produção material e de muitos pontos da memória pessoal e coletiva, bem como à fragmentação das grandes herdades previamente existentes na zona.

Note-se que o crescimento do número de turistas/visitantes em Monsaraz reflete o aumento da atratividade do destino, mas também a maior visibilidade da povoação, do concelho e da região no mercado turístico nacional e no internacional, decorrente da publicidade feita pelos empresários e pela autarquia, inclusive na Internet, da eleição de Monsaraz como uma das Sete Maravilhas de Portugal, na categoria de aldeia monumento, em 2017, e da escolha de Reguengos de Monsaraz como Capital Europeia do Vinho, em 2015, bem como das cinco inscrições que o Alentejo tem nas listas de património mundial da UNESCO: o centro histórico de Évora, a cidade-quartel fronteiriça de Elvas e as suas fortificações (desde 2012), o cante alentejano (desde 2014),¹⁸ a arte chocalheira (desde 2015) e a produção de figurado em barro de Estremoz (desde 2017).

NOTAS FINAIS

Este artigo abordou os efeitos da barragem de Alqueva sobre o turismo e a atratividade em Monsaraz. Com base em dados recolhidos antes e depois do enchimento do lago de Alqueva, o estudo mostrou que este aumentou o poder de atração e alavancou o sector do turismo em Monsaraz e na respetiva freguesia. Por um lado, criou uma nova atração turística, uma paisagem em que o plano de água ocupa um lugar central. Por outro lado, aumentou o número de visitantes da povoação. É essa a perceção dos autarcas, dos empresários turísticos e da maioria dos habitantes permanentes de Monsaraz, e é isso que nos

17 Até aos anos 60 do século XX, quando foram feitas grandes barragens na bacia hidrográfica espanhola, como a de García de Sola e a de Orellana, havia anos em que o Guadiana também secava no verão, podendo ser atravessado a pé enxuto em muitos locais.

18 Junto a Monsaraz, foi erigido um monumento de homenagem ao cante alentejano, inaugurado em 2015.

mostram as estatísticas feitas pela autarquia (gráfico 2), que, no entanto, estão aquém da realidade, já que grande parte dos turistas/visitantes não se deslocam aos espaços em causa na povoação, entre eles os que viajam em grupos de excursionistas e os repetentes.

Em concomitância, o lago de Alqueva contribuiu para o crescimento e a diversificação da oferta turística. Entre 2003 e 2017, registou-se um aumento significativo do número de espaços de vocação turística e da capacidade de alojamento. Surgiram ainda novas infraestruturas e produtos turísticos, relacionados, sobretudo, com a utilização turístico-recreativa do espelho de água. Já o número estimado de pessoas direta ou indiretamente envolvidas no sector do turismo na freguesia triplicou.

Socialmente, o aumento da atratividade e da atividade turística em Monsaraz não trouxe alguns fenómenos negativos habitualmente associados ao desenvolvimento do turismo de massas, como o jogo e a prostituição (Mathieson e Wall 1982). Mas suscitou uma preocupação com a falta de segurança na “vila”, particularmente nos parques de estacionamento, entre os moradores, e uma preocupação com a falta de segurança e de policiamento entre os empresários turísticos (CMRM 2016: 33).¹⁹

Além do mais, acentuaram-se os obstáculos à autorreprodução da população local registados desde os anos 60 em Monsaraz (Amendoeira 1998: 77, 82; Ramos 1997: 257-258; Silva 2009: 171, 181), com a aquisição de casas por parte de forasteiros que raramente aparecem e o contínuo agravamento dos preços de arrendamento e compra de habitações na povoação, conducentes à neolocalidade – e, ainda, com a crescente afetação de casas ao turismo, acentuada em 2018 e no primeiro semestre de 2019, com a criação de mais sete alojamentos locais –, como é frequentemente o caso em lugares históricos sujeitos a processos de patrimonialização e turistificação (Herzfeld 2010; L. Silva 2011). Isto mesmo é reconhecido pela generalidade dos habitantes de Monsaraz, segundo os quais a “vila” irá ficar desabitada no médio prazo, convertendo-se naquilo a que MacCannell (1992) chama um “ponto de encontro vazio”. O despovoamento é, aliás, um receio não só dos residentes, mas também dos empresários turísticos, para quem o “excesso de casas fechadas” na “vila” também é motivo de preocupação (CMRM 2016: 33-34).

Por estudar com a devida profundidade fica o sector do turismo nas outras aldeias ribeirinhas e o seu impacto no desenvolvimento local. Até para, na linha do referido por Guichard (2003), perceber qual é o contributo efetivo das grandes barragens, pela via do turismo, para a “reconversão” e revitalização

19 A insegurança que os moradores sentem relativamente aos parques de estacionamento decorre de assaltos a viaturas ocorridos nos últimos anos, cerca de três dezenas dos quais foram denunciados no posto da GNR sediado no Telheiro entre 2010 e meados de 2016.

das zonas rurais afetadas pelo declínio das atividades económicas ligadas ao sector primário registado nas últimas décadas em Portugal e noutros países, à escala mundial.

Mas o que a informação estatística nos diz é que as (12) freguesias portuguesas banhadas pelo lago de Alqueva perderam 60% da população entre 1950 e 2011, enquanto os respetivos (5) concelhos registaram um decréscimo populacional de 51% entre 1950 e 2018.²⁰ Também por isso o Alentejo perdeu 42% da população entre 1950 e 2018, sendo a região do país menos povoada, com 468.160 habitantes (menos de 5% da população residente em Portugal), excluindo a Lezíria do Tejo, sub-região que, desde 2002, integra a região em causa para fins estatísticos.

Acresce que há fortes evidências empíricas (ver, por exemplo, OECD 1994; Silva 2009, 2014; Walmsley 2003) de que, apesar dos efeitos positivos que pode ter em alguns casos, o turismo não é uma panaceia para debelar os problemas das áreas rurais, nem todos os contextos rurais são adequados para o desenvolvimento do turismo e o contributo do sector para a regeneração socioeconómica dos meios rurais fica amiúde aquém das expectativas ou previsões.

20 Este declínio demográfico verifica-se também nos municípios banhados por outras três grandes barragens em Portugal: Castelo de Bode, Alto do Lindoso e Alto do Rabagão (Velosa 2009: 59). Para informações estatísticas, consultar as bases de dados do Instituto Nacional de Estatística (<<https://www.ine.pt>>, última consulta em maio de 2020) e o portal Pordata (<<https://www.pordata.pt>>, última consulta em maio de 2020).

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV., 1981, *Barragem de Alqueva: Livro Negro*. Lisboa, Edições Amanhã.
- ABBINK, Jon, 2012, “Dam controversies: contested governance and development discourse on the Ethiopian Omo River dam”, *Social Anthropology*, 20 (2): 125-144.
- AMENDOEIRA, Ana, 1998, *Monsaraz: Análise do Processo de Conservação e Transformação Urbana no Século XX*. Évora, Universidade de Évora, dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico.
- APPADURAI, Arjun, 1996, *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- ARVELA, André, 2013, *Alterações da Paisagem Decorrentes da Construção da Barragem do Alqueva: Cenários para 2025, 2050 e 2100*. Faro, Universidade do Algarve, dissertação de mestrado em Arquitetura Paisagista.
- BAPTISTA, António, e André SANTOS, 2013, *A Arte Rupestre do Guadiana Português na Área de Influência de Alqueva*. Beja, EDIA.
- BARRAUD, Régis, e Marie-Anne GERMAINE (orgs.), 2017, *Démanteler les barrages pour restaurer les cours d'eau: Controverses et représentations*. Versalhes, Editions Quae.
- BENDER, Barbara, 2002, “Time and landscape”, *Current Anthropology*, 43 (suplemento): 103-112.
- BENTO, Sofia, 2006, *La difficile existence du barrage d'Alqueva: Une ethnographie des démonstrations sociotechniques*. Paris, Ecole Nationale Supérieure des Mines, tese de doutoramento em Socioeconomia da Inovação.
- BETHEMONT, Jacques, 2008, “Les grands barrages entre contestation et développement”, em Nathalie Blanc e Sophie Bonin (orgs.), *Grands barrages et habitants: Les risques sociaux du développement*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme / Editions Quae, 23-39.
- BLANC, Nathalie, e Sophie BONIN (orgs.), 2008, *Grands barrages et habitants: Les risques sociaux du développement*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme / Editions Quae.
- BLANCHON, David, 2010, *L'eau, une ressource menacée? La documentation photographique, n.º 8078*. Paris, La Documentation Française.
- CAMPREGHER, Christoph, 2010, “Shifting perspectives on development: an actor-network study of a dam in Costa Rica”, *Anthropological Quarterly*, 83: 783-804.
- CARMO, André, 2013, “Grandes barragens: vulnerabilidades e riscos”, em Luciano Lourenço e Manuel Mateus (orgs.), *Riscos Naturais, Antrópicos e Mistos: Homenagem ao Professor Doutor Fernando Rebelo*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 441-461.
- CERNEA, Michael, 1997, *Hydropower Dams and Social Impacts: A Sociological Perspective*. Washington, DC, World Bank.
- CERNEA, Michael, 2000, “Risks, safeguards and reconstruction: a model for population displacement and resettlement”, *Economic and Political Weekly*, 35 (41): 3659-3678.
- CHÍCHARO, M., Luís CHÍCHARO, e Pedro MORAIS, 2006, “Inter-annual differences of ichthyofauna structure of the Guadiana estuary and adjacent coastal area (SE Portugal / SW Spain): before and after Alqueva dam construction”, *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 70 (1-2): 39-51.
- CMRM – Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, 2016, *Plano de Pormenor de Salvaguarda de Monsaraz*. Reguengos de Monsaraz, Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- COLLADO GIRALDO, Hipólito, 2006, *Arte Rupestre en la Cuenca del Guadiana: El Conjunto de Grabados del Molino Manzániz (Alconchel – Cheles)*. Beja, EDIA.

- COSTA, Leonardo, 2003, “A Portuguese hydrodinosaur: the hidden costs of the Alqueva dam”, *Hydrodinosaurs – Portugal*, em < http://www.hydrologie.org/hydrodinosaures/portugal_ang.htm > (última consulta em maio de 2020).
- CUTILEIRO, José, 1977 [1971], *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa, Sá da Costa Editora.
- DAVEAU, Suzane, 1977, “Bases geográficas do problema da barragem do Alqueva: achegas para a sua representação”, *Finisterra*, 24 (12): 342-350.
- DIAS-SARDINHA, Idalina, e David ROSS, 2015, “Perceived impact of the Alqueva dam on regional tourism development”, *Tourism Planning & Development*, 12 (3): 362-375.
- DIAS-SARDINHA, Idalina, David ROSS, e Sandra LOUREIRO, 2014, “Rescue archaeology heritage valuation in Europe’s largest dam – Alqueva: *exsitu* products as elements of creative tourism”, *Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12 (3): 623-634.
- DICKS, Bella, 2003, *Culture on Display: The Production of Contemporary Visitability*. Maidenhed, Open University Press.
- DRAIN, Michel, 1996, “Les conflits pour l’eau autour du Guadiana”, *Espace Rural*, 36: 115-129.
- FOX, Coleen, Francis MAGILLIGAN, e Christopher SNEDDON, 2016, “‘You kill the dam, you are killing a part of me’: dam removal and the environmental politics of river restoration”, *Geoforum*, 70: 93-104.
- GUICHARD, François, 2003, “Réflexions autour de deux conflits pour l’eau au Portugal: Alqueva et le Côa”, em Michel Drain (org.), *Politiques de l’eau en milieu méditerranéen: Le cas de la Péninsule Ibérique*. Madrid, Casa de Velázquez, 236-249.
- HERZFELD, Michael, 2010, “Engagement, gentrification, and the neoliberal hijacking of History”, *Current Anthropology*, 51 (supl. 2): 259-267.
- HOROWITZ, Michael, 1991, “Victims upstream and down”, *Journal of Refugee Studies*, 4 (2): 164-181.
- KHAGRAM, Sanjeev, 2004, *Dams and Development: Transnational Struggles for Water and Power*. Ithaca, Cornell University Press.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara, 1998, *Destination Culture: Tourism, Museums, and Heritage*. Berkeley, University of California Press.
- LANÇA, Maria (org.), 2003, *No Tempo dos Moinhos do Guadiana e Outros Tempos*. Beja, EDIA.
- LANE, Bernard, 2009, “Rural tourism: an overview”, em Tazim Jamal e Mike Robinson (orgs.), *The Sage Handbook of Tourism Studies*. Londres, Sage, 354-371.
- MacCANNELL, Dean, 1992, *Empty Meeting Grounds: The Tourist Papers*. Londres, Routledge.
- MARUJO, Maria, 2005, “Alqueva e a nova paisagem turística”, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2 (2): 145-148.
- MARUJO, Maria, e Norberto SANTOS, 2012, “Turismo, turistas e paisagem”, *Investigaciones Turísticas*, 4: 35-48.
- MATHIESON, Alister, e Geoffrey WALL, 1982, *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. Nova Iorque, Longman Group Limited.
- McCULLY, Patrick, 2001, *Silenced Rivers: The Ecology and Politics of Large Dams*. Londres, Zed Books.
- MELO, João, 2004, “O porquê e para quê do projecto Alqueva”, em Francisco Martinez (org.), *Una Nueva Cultura del Agua en el Guadiana: Desde Ruidera a Ayamonte*. Saragoça, Fundación Nueva Cultura del Agua, 327-334.
- MELO, João, e Ana BRAZÃO, 2016, “Saving the last wild rivers”, comunicação à 22nd International Sustainable Development Research Society Conference, disponível em

- < http://rioslivresgeota.org/wp-content/uploads/2016/09/2016ISDRS_SaveLastWildRiversPt.pdf > (última consulta em maio de 2020).
- MORAIS, Pedro, 2008, “Review on the major ecosystem impacts caused by damming and watershed development in an Iberian basin (SW-Europe): focus on the Guadiana estuary”, *Annales de Limnologie / International Journal of Limnology*, 44 (2): 105-117.
- OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development, 1994, *Tourism Strategies and Rural Development*. Paris, OECD.
- PEREIRA, Benjamim, 2003, “O museu da Luz”, *Etnográfica*, VII (1): 209-212.
- PSA – Platform for Sustainable Alentejo, 2005, “The Alqueva dam: How the EIB helped to finance environmental destruction in Portugal”, disponível em < https://bankwatch.org/documents/alqueva_dam_02_05.pdf > (última consulta em maio de 2020).
- RAMOS, Francisco, 1997, *Os Proprietários da Sombra: Vila Velha Revisitada*. Lisboa, Universidade Aberta.
- RIBEIRO, Gustavo, 1994, *Transnational Capitalism and Hydropolitics in Argentina: The Yacyreta High Dam*. Gainesville, University Press of Florida.
- RIBEIRO, Orlando, 1967 [1945], *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- RICHTER, Brian, *et al.*, 2010, “Lost in development’s shadow: the downstream human consequences of dams”, *Water Alternatives*, 3: 14-42.
- RODRIGUES, Aurea, Apolónia RODRIGUES, e Deidre PEROFF, 2015, “The sky and sustainable tourism development: a case study of a Dark Sky reserve implementation in Alqueva”, *International Journal of Tourism Research*, 17: 292-302.
- SANTOS, Sílvio, 2003, “A geração hídrica de eletricidade no sul do Brasil e seus impactos sociais”, *Etnográfica*, VII (1): 87-103.
- SARAIVA, Clara, 2003, “Aldeia da Luz: entre dois solstícios, a etnografia das continuidades e mudanças”, *Etnográfica*, VII (1): 105-130.
- SARAIVA, Clara, 2005, *Luz e Água: Etnografia de Um Processo de Mudança*. Beja, EDIA.
- SARAIVA, Clara, 2007, “Um museu debaixo de água: o caso da Luz”, *Etnográfica*, 11 (2): 441-470.
- SCHMIDT, Luísa, 2007, *País (In)Sustentável: Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal*. Lisboa, Esfera do Caos.
- SCUDDER, Thayer, 2005, *The Future of Large Dams: Dealing with Social, Environmental, Institutional and Political Costs*. Londres, Earthscan.
- SILVA, António, 1999, *Salvamento Arqueológico no Guadiana: Do Inventário Patrimonial à Minimização dos Impactes*. Beja, EDIA.
- SILVA, António (org.), 2000, *Das Pedras do Xerez às Novas Terras da Luz*. Beja, EDIA.
- SILVA, Carlos, e Paula DIAS, 2005, “Uma estratégia para o desenvolvimento turístico da envolvente da albufeira do Alqueva”, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, II (2): 125-129.
- SILVA, Fernando, 2011, *Em Redor do Grande Lago: A Água e a Paisagem em Alqueva através do Texto Legislativo e Institucional*. Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, dissertação de mestrado em Antropologia.
- SILVA, Luís, 2007, “Sortelha e Monsaraz: estudo de caso de dois lugares turísticos no interior de Portugal”, *Análise Social*, 42 (184): 853-874.
- SILVA, Luís, 2009, *Casas no Campo: Etnografia do Turismo Rural em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVA, Luís, 2011, “Beneath the surface of the heritage enterprise: governmentality and cultural representation of rural architecture in Portugal”, *Ethnologia Europaea*, 41 (2): 39-53.

- SILVA, Luís, 2014, *Património, Ruralidade e Turismo: Etnografias de Portugal Continental e dos Açores*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SILVA, Luís, 2018, *Os Moinhos e os Moleiros do Rio Guadiana: Uma Visão Antropológica*. Lisboa, Edições Colibri.
- SNEDDON, Chris, Régis BARRAUD, e Marie-Anne GERMAINE, 2017, “Dam removals and river restoration in international perspective”, *Water Alternatives*, 10 (3): 648-654.
- TEDIM, Fantina, Caroline SULLIVAN, e Marco ESTRELA, 2009, *The Impacts of Alqueva Dam in the Region: Report of the NeWater Project – New Approaches to Adaptive Water Management Under Uncertainty*. Oxford, NeWater, disponível em <<http://www.newwater.uni-osnabrueck.de/index.php?pid=1020>> (última consulta em maio de 2020).
- URRY, John, 1999, “Gazing on history”, em David Boswell e Jessica Evans (orgs.), *Representing the Nation: A Reader. Histories, Heritage and Museums*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 208-232.
- URRY, John, 2002 [1990], *The Tourist Gaze*. Londres, Sage.
- VELOSA, João, 2009, *Os Efeitos das Grandes Barragens no Desenvolvimento Socioeconómico Local*. Lisboa, Instituto Superior Técnico, dissertação de mestrado em Engenharia Civil.
- VERGÉS, Josep, 2004, “La cría del elefante blanco europeo en el Guadiana”, em Francisco Martínez (org.), *Una Nueva Cultura del Agua en el Guadiana: Desde Ruidera a Ayamonte*. Saragoça, Fundación Nueva Cultura del Agua, 335-348.
- WALMSLEY, D., 2003, “Rural tourism: a case of lifestyle-led opportunities”, *Australian Geographer* 34 (1): 61-72.
- WATEAU, Fabienne, 2004, “De l’eau en Alentejo: marge, barrage et patrimonialisation”, *Sud-Ouest Européen : Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 18: 53-60.
- WATEAU, Fabienne, 2008, “Barragem e participação pública em Alqueva: um exemplo português de concertação?”, em Tomás Cuesta e Xan Neira (orgs.), *Auga e Sustentabilidade: Enfoques para Unha Nova Política de Augas*. Lugo, Universidade de Santiago de Compostela, 11-15.
- WATEAU, Fabienne, 2014, *Querem Fazer Um Mar: Ensaio sobre a Barragem de Alqueva e a Aldeia Submersa da Luz*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- WCD – World Commission on Dams, 2000, *Dams and Development: A New Framework for Decision-Making*. Londres e Sterling, VA, Earthscan Publications.
- WOODS, Michael, 2011, *Rural (Key Ideas in Geography)*. Oxon e Nova Iorque, Routledge.

Receção da versão original / Original version	2018/10/09
Receção da versão revista / Revised version	2019/07/16
Aceitação / Accepted	2019/10/15
Pré-publicação online / Pre-published online	2020/08/07